

Uma agenda de pesquisa crítica comum sobre crianças nos mundos majoritários e minoritários. O caso das crianças em processos migratórios. *SESSÃO DE DISCUSSÃO*

Na preparação deste número monográfico de *Sociedad e Infancias*, o conselho editorial da revista convocou uma sessão de discussão online, no dia 29 de março de 2023. As pessoas convidadas foram:

- Rachel Rosen** (Professora Associada de Infância. UCL Social Research Institute. Londres. Reino Unido)
Valentina Glockner (Antropóloga. Departamento de Investigación Educativa – CINVESTAV. Mexico)
Maria Leticia Nascimento (Professora Associada. Departamento de Metodologias de Ensino e Educação Comparada. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Brasil.)
Gabriela Trevisan (Socióloga. ProChild CoLAB. Guimarães. Portugal)
Iskra Pavez (Investigador independente. Chile)
Juan Eduardo Ortíz (Investigador. Departamento de Educação de Infância, Faculdade de Educação, Universidade das Americas.)

Rachel Rosen e Valentina Glockner são coeditoras do livro *Crisis for Whom? Perspetivas críticas internacionais sobre infância, cuidado e migração*, publicado recentemente em inglês e espanhol (ver resenha neste volume). Maria Leticia Nascimento dirige um grupo de pesquisa em Sociologia da Infância e Educação Infantil. Gabriela Trevisan é coautora de *Beyond the Modern “Norm” of Childhood*,¹ entre outros artigos sobre a sociologia crítica da infância. Iskra Pavez tem uma longa história de estudo das migrações infantis, a partir de uma perspectiva de género. Todos os três são membros do conselho editorial da revista. **Lourdes Gaitán**, co-diretora da *Sociedad e Infancias*, conduziu o debate.

Como orientação, foram levantados os seguintes tópicos de discussão:

- As crianças como atores nos processos migratórios.
 - São as crianças pessoas, com os seus próprios projetos de migração?
 - Mesmo quando fazem parte de um projeto de migração familiar?
- A influência da visão eurocêntrica da criança nas políticas e disposições normativas dos Estados.
- Crianças migrantes, desafios nas sociedades de acolhimento: habitação, escola, emancipação e transição para a vida adulta.
- Como aplicar uma sociologia crítica da infância ao estudo das migrações infantis.

A sessão durou uma hora e trinta minutos e foi gravada e transcrita. A seguir, apresentamos o seu conteúdo.

Lourdes Gaitán (L.G.): Sejam todos bem-vindos. É um prazer para mim estar convosco hoje, estou muito feliz. Tenho a certeza de que estamos a concretizar uma tarefa difícil, mas importante, que é construir pontes entre nós, pessoas que falam e escrevem em espanhol ou português, de um lado ou do outro do Atlântico, e os europeus que se expressam em Inglês, ambos fazendo pesquisas sobre a infância. Um dos objetivos de nossa revista é aproximar-nos e facilitar o intercâmbio entre nós, e por isso a vossa colaboração é muito importante para esse fim. Muito obrigado.

Esta será uma conversa aberta. Podem levantar a mão para intervir sempre que quiserem, como de costume, e assim estabelecer um diálogo.

Convido-vos a discutir a primeira questão, que é: a criança como ator nos processos de migração. São pessoas com um projeto migratório próprio? Mesmo quando fazem parte de um projeto de migração familiar? Esta é uma questão central para mim. Eles são atores, por si só, nos processos de migração? O que é que vocês acham?

Iskra Pavez (I.P.): As crianças migrantes participam do projeto migratório da sua família quando viajam na companhia da sua mãe, do seu pai, irmãos e, em geral, do seu grupo familiar. No entanto, no caso da migração não acompanhada ou autónoma, o projeto migratório será, por vezes, mais pessoal, mas tem sempre uma orientação do

¹ Sarmiento, M., Marchi, R. y Trevisan, G. (2018): “Beyond the Modern Norm of Childhood”, en C. Baraldi y T. Cockburn, eds., *Theorizing Childhood. Citizenship, rights and participation*, London, Palgrave Macmillan, pp. 135-157.

suporte familiar. Por exemplo, é comum que os jovens migrantes enviem remessas para as suas famílias no seu país de origem.

Valentina Glockner (V.G.): Concordo com o que o Iskra acabou de dizer, mas gostaria de politizar um pouco essa ideia de projeto migratório próprio das crianças. Acredito que as crianças constroem os seus próprios projetos; eles construirão suas próprias esperanças, sonhos e necessidades em torno da migração. Mas acho muito importante problematizar como se constroem os projetos de autonomia ou automigração. Na minha experiência de trabalho de campo, aprendi que muitas vezes os projetos migratórios autônomos são rodeados por processos muito violentos. É muito importante reconhecer a agência e a autonomia, mas também ver quando são “empurrados” e “forçados” a partir de graves condições de violência, precariedade e injustiça. Temos que nos perguntar: esses projetos são realmente autoconstruídos? Ter que migrar para se reunir com a família ou porque a sua família atravessou a fronteira e foi separada também é migração forçada. Aqui é importante pensar sobre a agência e a autonomia de forma inter-relacional e situada. E muitas, muitas vezes, senão sempre, essas migrações ou projetos migratórios autônomos ou independentes nascem da violência, no sentido em que as crianças estão sempre a tentar encontrar na sociedade de acolhimento, a paz, ou a ausência de violência ou a família que perderam, ou a construir oportunidades que nunca tiveram ou perderam nos seus países de origem. Portanto, é tão importante falar do direito de migrar quanto falar do direito de permanência, pois se as crianças tivessem o direito garantido no seu local de origem, muitas delas não optariam por migrar. Portanto, é muito importante reconhecer essa autonomia e esses projetos de migração independentes ou conduzidos por crianças, assim como é muito importante reconhecer as dimensões estruturais e a violência que impulsionam esses projetos de migração.

Gabriela Trevisan (G.T.): Concordo com ambos naquilo que foi dito. No entanto, também seria útil levantar outras questões além daquelas e que se complementam. Devemos também recorrer à teoria para pensar sobre essas questões. Uma delas é quando falamos da autonomia das crianças. Eu volto sempre a esta ideia sobre como é “dado” um papel ativo às crianças, dadas as suas circunstâncias e migração, que é ainda mais complexa do que outras questões. Assim, em muitos casos, sabemos que as suas vozes ou desejos, ou quaisquer problemas que possam ter, são interdependentes de muitos outros. Gosto desta ideia de interdependência com os adultos porque nem sempre mostra uma relação igualitária entre adultos e crianças. Mostra questões de poder. Imagino que falando sobre algumas situações muito perturbadoras pelas quais algumas dessas famílias têm que passar e algumas escolhas difíceis, a sua principal preocupação possa não ser ter estas ideias de ouvir ativamente os próprios projetos das crianças, mas de olhar para eles como um projeto coletivo, mas aqui estou a pensar em voz alta sobre isto.

Uma outra ideia, creio, é que quando olhamos para as teorias críticas que também foram mencionadas na convocatória que a Lourdes nos enviou, as noções de cidadania e direitos são abordadas de forma muito crítica, sendo uma delas essa ideia que também se discute no livro da Rachel e da Valentina, que acabei de começar a ler. No entanto, isso exigiria mobilizar, por exemplo, aqui que Sarmento chama de pensamento normativo diferencial, o que significa que precisaríamos de nos afastar de todo o pensamento usual que teríamos sobre os processos migratórios e tentar olhar para eles não apenas da perspectiva das crianças como atores, mas também, percebendo de que modo eles reconstruiriam a sua cidadania. Paralelamente a esses processos, se olhássemos para essas teorias críticas, consideraríamos sempre as crianças como atores, em alguma medida, nos processos em que estão envolvidas, mesmo que fosse uma abordagem mais coletiva.

Maria Leticia Nascimento (L.N.): Também concordo com a Gabriela. Acho muito importante entender os sonhos e o projeto migratório das crianças. Porém, eu pergunto-me se as crianças pequenas podem fazer isso porque vêm para o Brasil, por exemplo, com as suas famílias e a qualquer momento não sabem o que está acontecendo, exceto perceber que é tão diferente, é uma língua diferente, um jeito diferente, os hábitos culturais são tão diferentes. Não sei, mas acho que eles não têm espaço para construir uma ideia coletiva sobre migração. É só uma questão para a gente discutir: se uma criança de sete, oito, nove anos pode fazer isso de uma forma mais fácil, eu não sei. Como podemos pensar a participação das crianças? Eu trabalho com este assunto. Como pensar a participação de crianças pequenas nesse projeto migratório? Essa é a minha pergunta.

Rachel Rosen (R.R.): Acho que é uma questão interessante e que tem preocupado os estudiosos da infância. De forma mais ampla, essa questão em torno da autonomia ou agência das crianças tem sido o foco de grande parte da literatura a partir do campo de estudos da infância, desde que este se desenvolveu nos anos 80. Uma das coisas que exploramos no livro *Reimagining Childhood Studies*,² e na introdução desse volume, é que com esse foco intenso em encontrar a criança com agência perdemos a noção de que todos estão inseridos em redes relacionais e começamos a individualizar questões – por exemplo, esta ou aquela criança é agêntica? Portanto, juntamente com a Gabriela, pergunto-me se também há outras questões para pensar. Eu acho importante ter em mente o protagonismo das crianças e estar atento às questões sobre as relações de poder dentro das famílias ou comunidades. Mas também sou muito motivada a pensar em projetos de migração dentro do contexto da violência estatal histórica e contemporânea. Grande parte da minha pesquisa concentra-se no Canadá e no Reino Unido, e ambos são profundamente (neo)coloniais. Isso molda as trajetórias, sonhos e desejos de migração e força tipos particulares de deslocamentos enquanto

² Spyrou, S., Rosen, R. Cook, D.T. (2018). *Reimagining Childhood Studies*. London: Bloomsbury Publishing.

a outros os obriga a permanecerem no lugar de origem. Acho que sempre que fazemos esse tipo de pergunta sobre crianças como atores, precisamos juntar outro conjunto de perguntas sobre os envolvimento com esses regimes históricos e contemporâneos de violência.

L.G.: Eu percebo que a situação, o contexto, é muito diferente nas suas realidades, as realidades que vocês estudam e aquelas que temos aqui em Espanha, que é muito parecida com a situação no sul da Itália. Por exemplo, em Espanha, temos crianças de Marrocos, que fica a 15 km da costa espanhola na Andaluzia. O lugar permite ver o outro lado, consegue-se ver África. E as crianças da África e de Marrocos também nos podem ver. Eles assistem aos nossos canais de televisão e começam a planejar os seus projetos de migração. São crianças de doze, até de dez anos, que vão sozinhas de casa para as cidades próximas a Espanha, e que se escondem no fundo dos camiões, que viajam de barco para Espanha. Ao chegar a Espanha, as crianças sabem que podem alegar serem menores de idade porque sabem que devemos protegê-las. Portanto, alegar ser “menor” também é um apagamento. Além disso, temos projetos de migração que se vinculam às suas famílias, como vocês disseram antes. No entanto, temos este tipo de crianças migrantes em Espanha que são atores, mas não atores apenas porque afirmamos a partir da sociologia da infância que todas as crianças são atores. Portanto, eles podem ter um projeto de migração familiar, mas esse projeto familiar de migração inclui que a criança é quem vai para Espanha.

Juan Eduardo Ortíz (J.O.): Será que estou a interpretar bem, Lourdes? Referes-te às crianças que chegam a Espanha e que eventualmente podem solicitar a reunificação familiar quando já se encontram no território?

L.G.: Não. Estou a visualizar duas situações. Uma situação são as crianças que migram sozinhas com os seus próprios projetos partilhados com a família. A família concorda que a criança deve ir para Espanha e depois de Espanha para o resto da Europa para ter uma vida melhor. Mas eles vêm sozinhos. Além disso, outro tipo de criança imigrante são as crianças, aliás, do Equador. Muitas mulheres do Equador vieram para Espanha no início dos anos 2000 e depois essas mulheres reivindicaram os filhos com elas. E este é outro tipo de migração. Portanto, para mim, no caso das crianças de Marrocos ou do Saara, elas são atores como tais porque iniciam o processo de migração.

J.O.: E certamente é diferente – o papel dos filhos que vêm para se reencontrar com as suas famílias. Eu também queria dizer algo sobre ética porque uma das questões que discutimos com o Iskra no ano passado por causa do nosso projeto foram questões éticas, eu diria. À luz das mesmas questões que você nos trouxe hoje, Lourdes, eu pergunto-me até que ponto a autonomia desempenha um papel quando uma criança viaja sozinha, decide o seu próprio projeto migratório e, finalmente, vem sozinha para o país? Nós os temos tratado como se fossem uma questão de proteção sem considerar essa autonomia. Porquê? Em que sentido? É porque a nossa jurisdição, o nosso quadro jurídico, estabelece que temos de os proteger segundo o princípio da autonomia autónoma ou progressiva. No entanto, sabemos que essas crianças já passaram por diferentes processos de violência no seu caminho, especialmente no Chile. Elas vêm da Venezuela passando pela Colômbia, Equador, Peru e Bolívia para chegar ao Chile, caminhando por um deserto extremo e seus *bofedales*, uma espécie de pântano e de vegetação autóctone que cresce no deserto. E as pessoas ficam presas lá quando tentam cruzar a fronteira. E é esse cenário que as crianças também enfrentam diariamente.

Ora, a questão que se colocava nas nossas conversas era até que ponto, se considerarmos que as crianças são atores nos processos migratórios, são também autónomas e independentes, ainda que sejam menores de idade. Por outras palavras, como podemos distinguir a autonomia dentro de um limite tão difuso? Numa areia movediça. Como podemos, finalmente, decidir sobre nossa pesquisa principalmente baseada em processos sociais? Então, o que fazemos em relação à autonomia nas considerações éticas de nossa pesquisa? Foi um ano desafiador porque tivemos que consultar diferentes advogados e as nossas orientações jurídicas internacionais. Portanto, foi uma tarefa muito difícil, a de determinar até que ponto a autonomia também desempenha um papel nessa decisão. Ainda estamos a tentar perceber de que forma em termos de epistemologia, teoria e pesquisa, vamos resolver esse problema porque é uma tensão que não podemos responder tão rapidamente

G.T. Só para acrescentar um pouco a esta ideia. Concordo, que precisamos olhar para as formas progressivas pelas quais as crianças constroem as suas próprias autonomias, competências ou capacidades ou o que quer que estejamos a falar quando falamos de crianças como atores. Mas também acho muito interessante, nos últimos anos, toda esta mudança na ideia de agência das crianças, por exemplo, que é uma grande parte da reivindicação das crianças como atores sociais competentes, também enfatizou. Não apenas as competências, mas o contexto de vulnerabilidade. Há um trabalho muito interessante feito por pesquisadores britânicos em países africanos que reúnem essa ideia de ser competente, mas também vulnerável tornar-se um ator social. Portanto, essa é para mim uma perspetiva interessante.

Poderia partilhar com o grupo alguns artigos de algumas dessas pessoas que têm trabalhado nessa perspetiva; especialmente com o conceito de *childism*, uma das minhas colegas que tem trabalhado nisso. Acho essa perspetiva muito interessante. E a outra coisa é que indo de encontro ao que a Rachel disse, é claro, isso importa muito quando olhamos para as estruturas sociais onde as coisas acontecem. Mas acho que isso seria uma maneira muito útil, também de examinar o que Juan estava a dizer. Quando se trata dessa ideia de entender os processos sociais e históricos ao falar em diferentes partes do mundo, não estamos a falar da mesma coisa quando falamos, por exemplo, da Europa. Pelo menos em Portugal, um dos fenómenos mais recentes que tivemos foi com crianças ucranianas, fugitivas da guerra, claro que com as suas famílias. Alguns menores não acompanhados, mas a maioria deles estaria aqui com mulheres, é claro, porque os homens não tinham permissão para sair.

Mas olhar para esses processos sociais e históricos é, na verdade, uma das grandes reivindicações de todo esse novo paradigma crítico nos estudos da criança. Não é só o Manuel Sarmiento, mas a Rita Marchi e outros autores, em várias partes do mundo que falam desta ideia de ter uma consciência muito específica sobre que processos são estes, que acontecem em diferentes partes do globo. E de que forma eles são afetados de forma diferente por esses tipos de desigualdades que não se manifestam da mesma maneira para diferentes grupos de crianças. Então, essa ideia de desconstruir não responde muito à pergunta que o Juan fez, que seria como levaríamos isso também para os estudos que fazemos. No entanto, pelo menos ajudaria, penso eu, a olhar para isso de uma forma mais crítica e política ou de uma forma mais comprometida em apontar essas diferentes biografias e processos, porque como todos têm dito, podemos talvez olhar para alguns acontecimentos iguais que se apresentam às crianças migrantes e suas famílias. Então, se olharmos para o contexto, podemos ver diferentes como as realidades se vão moldando de maneira diferente. Então, acho que seria um grande desafio olhar para essas duas coisas ao mesmo tempo.

I.P.: Acho que a abordagem da sociologia da infância oferece um olhar amigável. Normalmente, a teoria não é amigável para as crianças e adolescentes – por exemplo, na psicologia, ou não se emprega a perspectiva adequada. E penso agora na necessidade de abordagens complementares como o feminismo, a teoria crítica e as metodologias culturais e voltadas para os direitos. Os estudos realizados sob essas perspectivas fornecem as especificidades do mundo infantil e aproximam-nos da experiência de vida da criança como protagonista. Acho que quando as crianças migrantes migram com as suas famílias versus quando migram sozinhas, há uma diferença porque, no caminho, muitas crianças unem-se às caravanas migrantes; ou seja, elas encontram mais pessoas nessa situação. Além disso, as crianças têm problemas com os *coyotes*, experimentando, por exemplo, violência. Mas não há uma diferença muito crítica quanto ao protagonismo quando os filhos viajam sozinhos versus com a família, porque quando os filhos viajam com a família, eles participam da decisão de migração, por exemplo, a decisão de estudar na escola. Eles têm mais responsabilidade com o projeto familiar. Esse é o ponto central sobre as crianças como protagonistas nos processos migratórios: a sua responsabilidade na experiência de protagonismo, na minha visão.

R.R.: Posso falar aqui um pouco sobre como as categorias funcionam. Então, quem é a criança migrante de que estamos a falar? Estamos a falar de crianças cosmopolitas que viajam pelo mundo com os seus pais bilionários? Acho que não, mas eles também não poderiam ser entendidos como migrantes? Nicholas de Genova³, o antropólogo, afirma que, se não houvesse regimes de fronteira, não haveria migrantes, apenas mobilidade. O seu argumento é que pensar em certas pessoas móveis como “migrantes” é uma produção social, uma produção do estado-nação, de regimes de fronteira e assim por diante. Além disso, uma das coisas que eu acho que devemos ter cuidado nas nossas discussões é que não vemos apenas um grupo de pessoas móveis como migrantes. Porque, e aqui penso no Chile, no Brasil, no Canadá... Através do colonialismo, houve muita mobilidade. Mas a colonização europeia, os colonizadores europeus, não costumam ser chamados de migrantes, certo? Isso é importante devido ao modo pejorativo com que o termo “migrante” é usado. Então, quando falamos sobre crianças migrantes e projetos para crianças migrantes, acho que queremos ter em mente quem estamos a excluir, quem estamos a incluir e o que isso faz em relação à classe, ao racismo e assim por diante.

L.G.: Então, a questão seria de que modo considerar diferentes grupos com diferentes problemas e diferentes soluções para eles. Além disso, formas diferentes de abordar o conhecimento desses grupos, eu acho. Estamos quase a chegar a uma conclusão neste ponto e podemos passar para o próximo. No entanto, talvez a Letícia quisesse dizer algo antes.

L.N.: Sim, acho que aqui no Brasil temos poucas pesquisas sobre crianças migrantes. Para nós, a migração é algo que conhecemos há muito tempo. Temos italianos, espanhóis e portugueses e coreanos e japoneses e chineses, migrantes de vários países, mas não temos estudos sobre as crianças, porque elas vieram com as suas famílias. E é muito recente encontrar crianças migrantes e vê-las como migrantes, não como famílias, mas como crianças. E alguns deles veem sozinhos para cá, da Venezuela, por exemplo, talvez porque a fronteira seja tão perto do Brasil, e eles entram por lá. No entanto, como podemos estudar as crianças que vieram do Afeganistão ou da Síria? Eles entrariam sozinhos? É tão distante para as crianças virem sozinhas. Estou a lembrar-me do que a Lourdes disse: pode-se ver a Espanha de Marrocos, pode-se ver a terra, pode-se ver. Aqui não, são muitos quilómetros de mar, porque as crianças desses países vêm para cá por mar. De qualquer forma, é muito novo para nós estudarmos crianças migrantes ou refugiadas que venham sozinhas para o Brasil... Conversar com a Rachel, para nós, é tão importante para discutir sobre a descolonização porque fomos colonizados. Temos por exemplo um livro recente que é sobre crianças em movimento, “Migração e refúgio na infância”. O lançamento foi de 2022, ano passado. Temos muito poucos estudos sobre crianças refugiadas e migrantes e a sua participação é um desafio.

J.O.: Só para alimentar a nossa discussão, queria acrescentar algo ao que a Maria Letícia estava a dizer sobre a América Latina e as nossas formas de colonialismo. Acho que é ainda mais difícil de entender aqui porque as nossas formas de colonialismo vêm da Europa, em primeiro lugar. E às vezes, a nossa própria legislação migratória, pelo

³ N. De Genova. ‘We are of the connections’: migration, methodological nationalism, and ‘militant research’. *Postcolonial Studies* 2013 Vol. 16 Issue 3 Pages 250-258. <http://doi/10.1080/13688790.2013.850043>

menos no Chile, privilegiou diferentes tipos de grupos migratórios, como os europeus, durante o século XIX. Portanto, temos uma longa história de migração e colonialismo que foi escondida, mas também, ao mesmo tempo, temos essa chamada cultura “chilena” que também coloniza aqueles grupos de pessoas que já foram colonizadas.

Então, penso que a matriz da dominação e a matriz do colonialismo é muito mais difícil de desvendar nos países latino-americanos porque é difícil determinar que atores têm mais predominância sobre os marcos legais, sobre o tratamento, sobre a vida quotidiana, etc. Porque nós temos, pensando no Chile, em termos de racismo, por exemplo, e claro, em termos de grupos migratórios, a nossa legislação tem sido acusada de ser branqueadora, mesmo não sendo brancos. Ainda há, penso eu, mais raízes históricas de como as pessoas finalmente conceberam a legislação, embora tenhamos tido algumas mudanças na legislação desde o século XIX. Mas historicamente enraizados estão alguns dos preconceitos que ainda temos. Então creio que tentar desvendar o colonialismo presente nas sociedades latino-americanas é bastante difícil. Acho que não é assim tão fácil de determinar.

L.G.: OK. Acho que podemos passar para o segundo tópico. Talvez começando pelas palavras que disseste antes. Anotei um ponto bom que consideras no teu livro, a questão da cultura, da origem cultural das crianças que vêm de um país estrangeiro. Por exemplo, as crianças africanas são autónomas, mais autónomas e mais emancipadas aos doze anos do que as crianças da mesma idade em Espanha (só quero falar de dois casos que conheço mais de perto).

A questão das diferenças culturais e das diferenças de consideração das crianças e do lugar da infância na sociedade é importante para a segunda questão que quero abordar agora, e que é a influência da visão eurocêntrica das crianças nas políticas e disposições normativas dos Estados. Em Espanha, a imagem da criança como pessoa dependente que deve estar com a família leva a decisões como “temos de devolver as crianças a África, a Marrocos, porque o melhor lugar para as crianças é a família”. Mas talvez não estejamos a considerar que essas crianças, ou essa criança, é autónoma há muito tempo e independente da sua família. Bom, a propósito, **como é que se considera que a visão eurocêntrica das crianças influencia a política de cada estado?**

I.P.: Acho que a Convenção dos Direitos da Criança tem uma visão da infância que poderia ser classificada como eurocêntrica. E este é o modelo que fornece as políticas de proteção das crianças migrantes no Chile e noutros outros países da América Latina. Às vezes, esse modelo não se encaixa na realidade das crianças migrantes que é muito mais diversificada, por exemplo, a família, a idade, o momento em que as crianças chegam ao Chile. Eles não têm trajetórias educacionais claras porque muitos deles trabalham temporariamente para ganhar dinheiro, por exemplo.

R.R.: Tenho vindo a fazer algumas co-investigações, pesquisas participativas, com um grupo de jovens com experiências migratórias, na sua maioria desacompanhados. E estávamos a conversar sobre um determinado dia, e eles começaram a rir e a rir sobre como a infância em Inglaterra é diferente dos países de onde eles vêm. Então, esses são jovens da África subsaariana e do Médio Oriente, e simplesmente acham isso hilariante. É uma ideia de infância completamente diferente das experiências que eles tiveram e expectativas sobre quem é uma criança, o que uma criança pode fazer e assim por diante. Nós conversamos e rimos sobre isso. Mas também não é nada engraçado por causa dos efeitos que essas ideias de infância têm na migração britânica e nos regimes de cuidados à infância.

Os jovens vêm a ser contestados pela idade, o que é um processo bastante invasivo, este de questionar se alguém que afirma ser uma criança ‘é’ uma criança, o que é frequentemente feito com base numa suspeita e em ideias eurocêntricas da infância. Assim, dizem aos jovens, por exemplo: “Bem, tu não podes ser uma criança porque sabes cozinhar” ou “Tua fazes a tua cama. As crianças não fazem a sua própria cama” ou “Tu vestes preto, e portanto, não és uma criança porque as crianças usam roupas coloridas”. E todas essas suposições sobre quem são as crianças em termos de atitudes e comportamentos, e até mesmo sobre a aparência do corpo de uma criança, são problemáticas. Não apenas porque há uma diferença como: “Ah, tu pensas na infância assim, e eu penso na infância assim”. Mas se a alguém é negado o estatuto de infância, isso significa que ela perde os seus direitos como criança, a ter cuidados, apoio, habitação, educação. E muitas vezes acabam em condições em que podem ser detidos e depois deportados. Portanto, existem consequências graves e significativas, que são também vividas por muitos dos jovens com quem conversamos como uma forma de roubo existencial. Um jovem disse: “Primeiro tiraram-me o meu país, agora tiraram-me a minha idade. Estão a tirar-me uma parte de mim”. Então, acho que há uma violência real por trás do que rimos por brincadeira – essas diferenças na infância, que acabam por ser usadas de forma punitiva.

G.T.: Eu concordo com a Rachel. Não pesquisei diretamente com esse tipo de grupo, mas no que diz respeito às influências culturais, concordo plenamente, mas também gostaria de voltar à ideia dessa perspetiva eurocêntrica porque é muito interessante. Também podemos encontrar dentro dos países e culturas europeias, diferenças muito claras quando se trata de valores de educação dos filhos, sobre o que as crianças devem fazer ou não, embora eu ache, é claro, mais homogêneo do que você encontraríamos em diferentes partes do mundo. Mas quando estava a ler a introdução do livro, apontei três ideias sobre essa discussão que acho que também se encaixam no que a Rachel estava a dizer.

Uma seria essa normativa clássica, a que chamamos de normatividade. É a ideia de que tendemos a construir um conceito geral do que deveria ser a infância, e que desconstruir essas ideias é muito importante, não só para o que a Rachel dizia, mas também para a infância em geral, não só para as crianças migrantes, que aliás, tu também dizes ser necessário reconceitualizar, e que é também um desafio muito interessante.

O outro de que eu realmente gostei foi o desafio de criar uma contra narrativa, creio que sobre os autores americanos. Especialmente sobre a narrativa sobre mobilidade. Mas poderíamos falar talvez sobre narrativas de infância

se quisermos ser muito ambiciosos, o que se relaciona bastante com essa ideia que foi primeiro trabalhada com o Manuel Sarmiento e a Rita Marchi, *das crianças nas margens* e também aqueles que se encontram nessas margens acabam muitas vezes por ser classificados como não-crianças. Porque, de certa forma, eles não fazem as coisas que acreditamos que as crianças devem fazer, como ir à escola, não trabalhar, não cuidar de crianças menores ou mesmo de adultos, etc., etc. exemplos diferentes que surgem porque Rita Marchi é brasileira. Então, ela também tem um entendimento muito profundo sobre as questões coloniais, etc., e que vai de encontro não só para essa ideia de migração, mas também à das crianças que vivem na pobreza: crianças indígenas, crianças ciganas, crianças de rua, que é uma categoria muito complexa. Mas há sempre essa ideia de que, no final, quando falamos de uma perspectiva centrada na Europa, olhamos para todas essas realidades como realidades que realmente não se encaixam.

Portanto, essa ideia de desconstruir essas normatividades ainda me parece uma questão muito central. Agora, pensando sobre isto aplicado à migração, faz muito sentido, porque se formos tentados a olhar para esses processos com as nossas próprias lentes únicas, acabaremos por não perceber realmente de que modo esses processos acontecem, mas também sobre as implicações que essas normatividades têm. Porque não é só no aspeto legal, como o Juan referiu antes. Não se trata apenas de perceber de que modo as leis são construídas, mas também de como as percepções gerais sobre as instituições infantis, sobre as escolas, sobre qualquer coisa que fazemos pensando no modo como as crianças são afetadas no final.

Se começarmos pela Europa, digamos que ela também é diversa. Também tendemos a falar sobre a Europa centrada, mas se olharmos para a Europa, temos tantas realidades diferentes que também acho que precisamos de repensar o conceito de Eurocentrismo. Pelo menos até certo ponto quando se trata de infância e cuidados infantis. Mas sim, no final eu fiz essas observações a partir da introdução do vosso livro porque parecia que essas três ideias centrais realmente encaixavam bem com essa outra das crianças nas margens.

V.G.: Na verdade, quero aproveitar a última ideia de Gabriela, pois não estou certa de que falar sobre a ideia eurocêntrica faça justiça ao fenómeno contemporâneo. Não tenho certeza se ainda devemos usar esta ideia ou confiar tanto nela, pois tornou-se muito mais do que isso. Ou talvez seja eu a pensar em algo muito específico, talvez muito essencialista quando dizemos “europeu”. Associo sempre isto a ideias modernas positivistas sobre a infância, e talvez esteja a pensar nisto de uma forma muito ortodoxa. Mas o que eu quero dizer é que devemos expandir esse conceito para incluir outros que definem o mundo contemporâneo. Temos que problematizar e expandir essa crítica eurocêntrica com o novo fenómeno neoliberal, com as formas contemporâneas de pensar a infância impulsionadas pelo Estado-nação e de impor a governamentalidade contemporânea às crianças, especialmente se estivermos a falar de crianças migrantes. E aqui é muito relevante o que Rachel disse sobre desapropriar as crianças da sua própria subjetividade, das suas próprias vidas, das suas próprias definições sobre o que é ser criança ou o que significa a infância.

Esta visão eurocêntrica é muito complexa, ou tem que ser complexificada pelo capitalismo tardio, como a violência e a mudança de subjetivação no capitalismo tardio, no estado-nação contemporâneo, no extrativismo, na militarização e, claro, nas políticas de fronteira, etc. Mas também deve ser mais complexo em termos das múltiplas resistências que ocorrem nas margens do estado e do capital e em lugares periféricos. Não tenho a certeza se usarmos termo “eurocêntrico” faz muito sentido hoje. Estamos diante de algo muito mais complexo do que esse reducionismo, pois enfrentamos o imperialismo de muitas maneiras novas. Não se trata apenas de imperialismo e hegemonia de um único centro de poder, mas de uma estrutura rizomática de dominação, controlo e produção de desigualdade estrutural, sujeição e morte. As crianças migrantes estão na maioria das vezes submetidas a essas estruturas, assim como as suas comunidades históricas. A sua migração é produzida por essas estruturas, mas ao migrarem, tentam desafiá-las.

Estava a ouvir a Rachel e pensei como exatamente a mesma coisa aconteceu com as crianças *mixteco*, crianças indígenas no México a rirem e expressarem tanta compaixão e ternura. E vergonha, sentem vergonha pelos modos mestiços normais, urbanos, urbanos da infância, e tinham pena das crianças mestiças porque não eram livres, não podiam ir a pé para a escola sozinhas, não podiam trabalhar no campo, colher milho, fazer tortilhas, brincar no rio, porque eram tão bem cuidados. No entanto, ao mesmo tempo, elas foram forçadas a assumir responsabilidades que definem a infância indígena que também é produzida e o resultado direto das desigualdades estruturais e da desapropriação, marginalização, exploração e neocolonialismo.

É precisamente esse neocolonialismo que os leva a migrar para os campos agrícolas industrializados e a ter de trabalhar das 05h00 às 17h00, e só depois tentar ir para a escola. Portanto, quando essas crianças são percebidas como agentes e crianças autónomas, devemos ter em conta de que isso é o resultado de uma cultura e de uma comunidade indígena que teve que sobreviver numa lógica de sujeição e exploração neocolonial e neoliberal. Que teve que ensinar os seus filhos a sobreviver através da solidariedade económica e da responsabilidade. É aqui que eu digo que essa ideia de eurocentrismo fica muito aquém, pois o mundo tornou-se num lugar muito mais complexo, mais violento. Este conceito nem sequer faz justiça aos mecanismos contemporâneos de exploração e dominação.

L.G.: Ótimo, obrigada Valentina, talvez a Letícia queira acrescentar algo antes de passar para o próximo tópico.

L.N.: Eu concordo com a Valentina, e entendo tudo o que ela disse porque, independentemente do momento histórico em que chegaram ao Brasil, temos diferentes grupos de crianças, que vivem em situações muito desiguais. Como disse a Gabriela, temos a investigação de Marchi, sobre a “não criança”. As crianças negras são vistas como marginais, consideradas perigosas, e são as crianças mais assassinadas. Imaginem. Quer dizer, não é uma imaginação sociológica, mas um preconceito. Temos filhos de classe média, agora temos filhos venezuelanos e temos filhos

indígenas. A maioria das crianças são minorizadas como colocaste aqui, mesmo que não sejam crianças migrantes, mas todas as crianças que não têm as competências das crianças de classe média ou de classe alta são minorizadas. Acho que a Valentina tem razão, no Brasil não é uma ideia europeia, mas sim capitalista. E esta é uma ideia racial, uma ideia de género porque os meninos e as meninas são vistos de maneiras diferentes. É tão complexo que penso quando vocês escrevem no livro: *Crisis, Care and Childhood mobility*, para mim é uma nova visão sobre a mobilidade e imobilidade das crianças. Acho que é uma forma de entender melhor esse tipo de infância, ou diferentes tipos de infância que temos, principalmente nos nossos países aqui da América Latina. Não sei o que pensam o Iskra e o Juan, mas acho que essa é uma forma de entender essa situação complexa.

I.P.: Pois é, e pensando sobre a diferença das crianças, mesmo dentro do grupo de adolescentes não acompanhados, na minha pesquisa com o Juan, encontramos realidades diferentes dentro do próprio grupo de adolescentes não acompanhados. Por exemplo, os jovens venezuelanos caminham até a fronteira norte do Chile em situações de extrema pobreza. Por outro lado, as crianças haitianas combinam os seus percursos de avião e a pé. Muitos nasceram aqui, depois migraram para os Estados Unidos, e alguns voltaram para o Chile numa migração de tipo circular. Além disso, as meninas, mulheres, são vítimas de tráfico para exploração sexual. Essa situação ocorre no mesmo grupo e em categorias diferentes. Estes são os resultados preliminares do nosso projeto.

Os perfis migratórios são difíceis de determinar dentro deste grande grupo de crianças. Por exemplo, alguns deles são muito pobres, como as crianças haitianas. Além disso, são mestiços e falam uma outra língua: o crioulo. As meninas, e as mulheres em geral, são vítimas de tráfico. É interessante porque no mesmo grupo de adolescentes não acompanhados há muitas situações diferentes. Por exemplo, algumas crianças migram por motivos de género. Referindo-nos à classe diferente, no povo venezuelano, os jovens são muito pobres e as suas mães vão migrando pelo mundo. Muitos caminharam quilómetros para cruzar a fronteira. Os *coiotes* da guerrilha também na Colômbia são uma ameaça para as mulheres.

J.O.: E as mulheres e a língua também, porque pelo menos as crianças venezuelanas são estratificadas pela comunidade chilena num nível diferente, mais prestigiado, digamos assim, porque falam a língua. No entanto, quando não se fala o idioma, desce-se definitivamente na escala social, poderíamos dizer assim. E também se se tiver um fenómeno diferente também. Então, por isso, estava a pensar pensando o que se falou aqui e concordo com o que a Valentina falou sobre o que acontece no México. Acho que aqui coincidimos um pouco com essas ideias de violência, principalmente com as mulheres. E como no México, especialmente as meninas. Mas acho que podemos resolver algumas questões teóricas se interpretarmos os fenómenos através da interseccionalidade, que pode ser um bom ponto de partida em termos de análise teórica que podemos fazer, e podemos ver como é que essas matrizes de dominação em termos de poder, colonização etc. acontecem em diferentes grupos, principalmente na América Latina, e como eles podem ser mais discriminados, mais excluídos, mais à margem, como estávamos a discutir.

Por exemplo, no nosso caso, perdemos várias crianças não acompanhadas que vieram para o país e que foram judicializadas, estavam também sob guarda dos tribunais, que na verdade as protegem, mas escaparam das residências. Então agora, eu e o Iskra, estamos a parocar essas crianças. Para nós é claro que deve haver um novo tratamento ou, pelo menos, uma legislação que seja um pouco mais interseccional nesse sentido, abrindo-se também para diferentes infâncias. E não só esta ideia de controlo, que é limitada. O controlo e os seus mecanismos, finalmente não controlam, porque essas crianças acabam por escapar dessas residências. Então, essa ilusão de controlo acaba dissolvida na realidade.

L.G.: Podemos passar agora à próxima questão que propus: Como as crianças migrantes desafiam a sociedade de acolhimento. Observei nos artigos que recebemos para o nosso próximo volume de *Sociedad e Infancias* que os artigos que se focam na situação em Espanha ou em Itália falam sobre o modo como as crianças que chegaram ao país não acompanhadas deixam os serviços de proteção, vão para a sociedade e de que forma o fazem. Enquanto isso, no Chile – recebemos alguns artigos do Chile – a questão centra-se na escola, ou seja, como integrar as crianças migrantes na escola. Acho que em Espanha esse seria o problema há dez anos. Agora o nosso desafio é preparar essas crianças não acompanhadas para um modo de vida autónomo e autossuficiente ao atingirem a maioridade. Este é o sentido da minha pergunta: **Como as crianças migrantes desafiam a sociedade de acolhimento, no que diz respeito à habitação, à escola, à emancipação e à transição para a vida adulta.**

I.P.: As crianças migrantes têm uma experiência bastante significativa de inserção escolar. As escolas nem sempre estão preparadas para receber crianças vindas de países com sistemas educacionais diferentes; mesmo os países latino-americanos têm sistemas diferentes. Às vezes, o próprio processo de migração atrasa a escolarização e as crianças saltam de ano ou são colocadas abaixo do ano correspondente. Ou seja, as crianças mais velhas são incorporadas nos anos inferiores, e essa é uma experiência negativa para as crianças, desconfortável.

A emancipação é uma questão complexa no caso dos migrantes adolescentes não acompanhados, daqueles que vêm com um projeto migratório próprio e daqueles cujos projetos estão ligados à família e querem trabalhar e ganhar dinheiro. Mas às vezes o país não respeita ou não entende essa realidade. E as crianças fogem da sua residência, como dizia o Juan, sendo excluídas do sistema de proteção. Muitos deles sofrem violação de direitos, etc.

G.T.: Eu queria apenas acrescentar algo, embora não trabalhe diretamente com esses grupos, como disse? Bem, em primeiro lugar, vocês falavam sobre tráfico, por exemplo, que foi uma grande discussão na Europa no ano passado,

quando a guerra começou e as pessoas estavam a sentir que precisavam de fazer alguma coisa. Então, várias pessoas, como aconteceu em Portugal, mas acredito que noutros países da Europa também, pegavam em carrinhas e carros e iam para os países fronteiriços buscar famílias e crianças para tirá-los do pior cenário possível. Mas, na verdade, havia muitas instituições internacionais que diziam: “Por favor, não, porque realmente não temos pessoas suficientes para rastrear todos os processos e sabemos que algumas crianças podem ser sequestradas, podem ser separadas das suas famílias, tráfico, etc., principalmente meninas”, como já mencionei. Mas é claro, este é um cenário diferente daquele que descreveste.

Em Portugal, tanto quanto pude apurar, não temos um grande número de menores não acompanhados. Por exemplo, teríamos, em 2021, um total acumulado de 197 processos, que é um número muito pequeno. Diria que vinham para cá maioritariamente com as suas famílias e, pelo que sei, normalmente as maiores preocupações, para os adultos, é arranjar-lhes um trabalho. A outra prioridade é fazer com que as crianças e os adultos aprendam a língua porque ainda é visto como um grande fator de integração. Então, eu diria que as prioridades seriam encontrar uma casa e pessoas instaladas, ter as crianças na escola e os adultos no mercado de trabalho e claro, cuidar da saúde, essas coisas básicas.

O que sabemos da realidade escolar portuguesa, quando muitas escolas recebem crianças de vários países, não só da Ucrânia, é que há uma grande dificuldade em integrar essas crianças, seja por questões culturais, dependendo dos países de origem ou mesmo que sejam crianças que falam português, como aquelas que veem do Brasil. Como sabemos, é a mesma língua, então entendemo-nos, às vezes com palavras diferentes, mas entendemo-nos. No entanto, é possível ver situações em que, às vezes, os professores gostam de falar com os alunos brasileiros, pedindo que tenham um sotaque um pouco mais “português”...

Com crianças que não falam português os desafios são ainda maiores, também porque os professores não estão genericamente preparados para lidar com crianças que falam línguas diferentes e sobre como introduzir o português como uma nova língua. Então, acho que eles dependem muito, e isso é muito interessante, das outras crianças. No nosso caso, as crianças portuguesas começam a envolver-se com as outras crianças através de brincadeiras no recreio e vão começando estas relações muito mais próximas com os seus pares do que muitas vezes com os seus professores, que também não têm formação suficiente nem tempo para aprender a fazer esses processos de maneira correta, talvez.

L.G.: Bem, talvez a Rachel possa dizer-nos algo sobre os novos regulamentos para estrangeiros no Reino Unido. Isso está a ameaçar as possibilidades de migrar para o Reino Unido? Além disso, quais serão as consequências para as crianças?

R.R.: Posso dizer algo sobre a nova legislação, mas queria continuar um ponto levantado pelo Iskra para começar. Uma das coisas que estamos a observar no Reino Unido é a língua. Os jovens não acompanhados, ou crianças migrantes em geral, muitas vezes não falam inglês como língua materna ou primária. Mas há um deslize que acontece entre os profissionais: o deslize é uma suposição de um desconhecimento geral, simplesmente porque alguém não fala inglês. Portanto, o inglês serve como um proxy para avaliar a inteligência, a capacidade e assim por diante. E assim, temos um discurso dos chamados cuidadores, de que essas crianças ‘não sabem’ simplesmente porque podem não falar muito bem inglês. Mas isso é um apagamento de todo o conhecimento desses jovens!

Há algo mais a acontecer no Reino Unido e que revela o modo como o Reino Unido lida com as contradições de uma democracia liberal. Isso vai mudar com o novo projeto de lei, e por isso, voltarei a isso. Mas, por enquanto, as contradições estão entre um compromisso com a universalidade dos direitos e a igualdade e um compromisso especificamente com os direitos da criança. Ao mesmo tempo, como falávamos antes, existe uma ideia intensa e profundamente enraizada de controlar e gerir a migração. Há uma ideia de que há uma crise causada por uma migração supostamente descontrolada, e ela deve ser controlada por meio de securitização e fortificação de fronteiras – esse tipo de discurso. Há uma contradição aí: o que acontece com as crianças migrantes? Por um lado, existe esse dever de proteger por causa da Convenção sobre os Direitos da Criança. Por outro lado, existe a ideia de que ‘nós’ temos que fortalecer a fronteira contra esses ‘infiltrados’, ou qualquer outra linguagem desumanizadora que seja usada. Ao navegar nesta contradição, uma das coisas que observamos nas nossas pesquisas é que o estado cumpre as suas obrigações para com as crianças não acompanhadas, mas muitas vezes apenas com o mínimo. Por exemplo, as crianças não acompanhadas tendem a ser colocadas desproporcionalmente num determinado tipo de alojamento, não regulamentado, privatizado e com fins lucrativos. Estes alojamentos podem estar em condições bastante difíceis. Em contraste, as “crianças locais” têm maior probabilidade de serem colocadas em lares adotivos ou casas de acolhimento, que têm alguma forma de regulamentação estatal. O que quero dizer é que o estado cumpre os seus deveres de garantia de direitos, mas apenas no nível mínimo e isso é invadido ou pressionado ainda mais pelo regime de fronteira.

A nova “Lei de Migração Ilegal” (“Illegal Migrant Act”) tornará isso muito pior, pois será impossível solicitar asilo no Reino Unido se a pessoa não tiver passado por uma rota aprovada pelo governo e se não houver rotas aprovadas pelo governo. Assim, eles estão efetivamente a negar o direito de pedir asilo, e esta é uma ameaça real às convenções internacionais sobre refugiados e o direito de asilo. O estado também se recusa a dizer que não colocará crianças em centros de detenção de imigração e que as deportará.

L.N.: É muito importante ouvir a Rachel para pensar nos nossos países e na língua e na posição que o Estado ocupa nesta matéria. Aqui no Brasil, São Paulo é uma cidade migrante porque temos bairros de coreanos e italianos e ju-

deus e, agora, de pessoas de África. No entanto, até ao ano passado não tínhamos formação de professores para trabalhar com crianças migrantes. É tão impressionante, porque em São Paulo temos estudos de migração feitos por uma Universidade Estadual (UNICAMP) por um grupo de estudos que publica muito. Dizem que São Paulo é uma cidade onde todos veem morar.

Apesar de tantos migrantes e refugiados chegarem todos os dias, e de existirem algumas pesquisas sobre crianças migrantes, só no ano passado o município publicou um manual para os professores receberem e acolherem essas crianças. Portanto, precisamos de mais pesquisas sobre crianças migrantes, particularmente em instituições de educação infantil. Podemos encontrar elementos das políticas migratórias planeadas para crianças, mas não temos procedimentos ou projetos sociais para trabalhar com essas crianças. É complicado porque, exceto as crianças que vieram de outro país de língua portuguesa, os nossos professores não falam francês nem espanhol, nem inglês porque aqui no Brasil falamos português, a nossa língua oficial.

Se vierem aqui e perguntarem qualquer coisa numa língua que não seja o português, a maioria das pessoas vai olhar para ti e dizer: “Não entendo”, em português. Isso é um problema quando temos tantos estrangeiros, tantos imigrantes. Eu só quero dizer isso, como o nosso povo não está preparado desde a imigração e para receber crianças imigrantes ainda.

L.G.: Ótimo. Muito obrigado a todos. Temos apenas uma última pergunta, mas acho que já falamos sobre isso antes, porque a questão era como aplicar uma sociologia da infância crítica ao estudo de crianças em migração. Acho que isso foi tratado ao longo da nossa conversa. Portanto, se quiserem, cada um de nós usa a palavra para resumir e assim encerramos nossa reunião de hoje. Valentina, por favor, queres intervir em primeiro lugar? Só para resumir.

V.G.: Bem, é muito difícil resumir uma conversa tão incrível. Eu só gostaria de nos lembrar daquilo que está a acontecer, agora, no México⁴. Gostaria de deixar bem clara a responsabilidade dos Estados nacionais na produção da chamada “crise migratória humanitária”. Como diria a Rachel, esse é o legado do colonialismo, do neocolonialismo e dos regimes de fronteira do capitalismo tardio. Acho muito importante destacar e atentar para as formas como o regime fronteiriço contemporâneo está constantemente produzindo e reproduzindo “crianças migrantes” como sujeitos específicos, como fardo e como uma população que precisa ser policiada e controlada. Tanto como sujeitos de cuidado e proteção, quanto como representantes da exacerbação do regime de fronteira, procurando reforçar o controlo, a segurança, a deportação, o encarceramento e a punição das pessoas em trânsito. Portanto, temos que prestar atenção ao modo como a ideia de “crianças migrantes” está a ser utilizada para retratar ideias de “vitimização”, mas também como pretexto para radicalizar as políticas de imigração, aumentar a violência, as políticas de detenção e dissuasão e o bloqueio de asilo também. Acho que seria isso. Muito obrigado.

R.R.: Eu penso muito nos pontos de Bridget Anderson⁵ sobre o enquadramento da mobilidade em termos de “nós e eles”. Então, concordando com o ponto de vista da Valentina sobre o estado-nação, que se imagina como um “nós” e os migrantes como “eles”, isso é possível por causa dos regimes de fronteira. Mas o ponto de Bridget Anderson é que tudo o que pensamos sobre “eles” tem mais a dizer sobre “nós”. Parte do que ela quer dizer é que falar sobre mobilidade levanta questões sobre os tipos de mundo em que queremos viver, os tipos de pessoas que queremos ser e os tipos de comunidades em que queremos estar. Eu penso nisso como um conjunto de questões sociológicas, mas também um apelo ético e político para quem pensa, pesquisa e fala sobre mobilidade. Então, como resposta, a minha última palavra aqui é sobre a importância de voltar o olhar para as estruturas de poder/injustiça. Trata-se também de voltar o olhar para nós mesmos, como pesquisadores, para entender como podemos ser cúmplices nas práticas de nomeação, marginalização e desapropriação das crianças ‘migrantes’. Mas, para terminar com uma nota mais positiva, é também sobre as obrigações éticas e políticas que temos de promover entendimentos e práticas de solidariedade, convívio e assim por diante – isso pode oferecer-nos outras maneiras de imaginar o que são respostas a perguntas sobre os mundos em que queremos viver.

G.T.: Bem, talvez apenas duas ou três ideias. Obrigado, porque acho que esta sessão foi muito interessante para mim. Uma das coisas que eu também continuo a pensar e acrescentando ao que já foi dito é isso: repensar como poderíamos equilibrar esses discursos muito limpos, muito arrumados sobre os direitos das crianças, que muitas vezes são muito românticos, quando se trata da ideia de pensar de uma infância muito normativa, muito encaixotada, para repensar várias realidades, entre elas esta realidade das crianças migrantes. Por outro, isso precisa de ser acompanhado de uma ideia muito firme de que, gostemos ou não, temos um compromisso político muito forte. Além disso, para o campo em que estamos a pesquisar, não podemos realmente desconectar-nos. De certa forma, e chegando ao que Valentina estava a dizer, mas relacionando-o com as crianças e novamente assumindo o que a Rachel estava a dizer, também exige um pouco mais, mais. Além disso, acho que a perspetiva crítica também pede isso, pelo menos pelo que sei para esse imaginário político mais claro quando se trata das consequências daquilo que também pesquisamos e estudamos.

⁴ El País, México – 29 Marzo 2023 – Un incendio en una instalación del Gobierno en Ciudad Juárez deja 39 muertos y 27 heridos. Las autoridades dicen que los migrantes lo provocaron. <https://elpais.com/mexico/2023-03-29/encerrados-y-calcinados-la-muerte-de-decenas-de-migrantes-en-mexico-revela-la-crueldad-de-la-crisis-migratoria-con-estados-unidos.html>

⁵ B. Anderson. *Us and Them?: The Dangerous Politics of Immigration Control*. Publisher: Oxford University Press 2013

Não é sobre responsabilidade em si, mas é sobre esta ideia de que precisamos de levar essas discussões para uma prática mais comprometida em mudar todas essas coisas. Quero dizer, estávamos a discutir sobre o que acontece nesses processos, através de pessoas que os estudam e há tantas coisas que exigiriam que fôssemos mais críticos. Sobre políticas que vão sendo construídas, sobre as pessoas que as aplicam, o que também é uma grande parte do processo. Então, eu vou pensando sobre esse compromisso político, e que talvez precisemos de ser um pouco mais assertivos ao falar sobre isso. Obrigado.

L.N.: Muito rápido, vou ler alguma coisa. A visibilidade das crianças pequenas como sujeitos sociais é um verdadeiro desafio. Isso torna-se mais importante quando se tem como foco as crianças jovens imigrantes. Estão num contexto diferente daquele que conhecem porque a língua, os hábitos culturais têm formas de fazer as coisas diferentes e muitas vezes são ignorantes e rechaçados pelos adultos. Parece ser um grande desafio torná-los visíveis por serem imigrantes, mas principalmente por serem crianças pequenas. Concordo com a Gabriela e a Rachel, mas acho que em relação às crianças pequenas temos que pensar mais do que o dobro, porque elas não estão a ser vistas como sujeitos de direitos ou sujeitos sociais. E este é o principal desafio. Obrigado. Obrigado, a todos vocês.

I.P.: Muito obrigado por me deixarem participar desse debate com todos vocês que são referência neste assunto. Acho que foi muito enriquecedor conhecer a realidade das crianças migrantes noutras partes do mundo. Aqui no Chile estamos a realizar o nosso projeto de pesquisa, com o Juan, sobre adolescentes não acompanhados e informaremos quando tivermos publicações com os resultados.

J.O.: Acho que tem sido bastante enriquecedor também, e concordo com todos vocês. Pensando numa visão mais global do que acontece com as crianças migrantes, acho que não somos assim tão diferentes. Às vezes tendemos separar-nos, como discutimos aqui, mas agora percebemos que, embora tenhamos particularidades nesses fluxos migratórios, partilhámos uma grande parte dos seus problemas, sobre o modo como os nossos Estados nacionais se construíram, como criaram as suas próprias legislações e todo o controlo que exercem de uma forma ou de outra sobre as fronteiras.

Estou muito preocupado que não estejamos a ter em linha de conta os elementos interculturais para a integração ou para a inclusão nas escolas, não apenas para as crianças migrantes, pensei que fosse apenas no Chile. Na América Latina, temos muitos problemas com as nossas próprias populações nativas; eles sofreram historicamente com a rejeição e a discriminação. Então, temos muitos problemas a acontecer e creio que temos muitas semelhanças nesse sentido. Por exemplo, em termos de gestão da língua e de não ser considerado como capaz de produzir língua ou inteligência ou conhecimento. Portanto, concordo com aquilo que a Rachel dizia, apontando a contradição das democracias liberais. O Chile, no nosso caso, está a tentar tornar-se uma democracia mais liberal e acabar com a ditadura que tivemos, mas temos feridas profundas que ainda estamos a curar. Nesse contexto, o modo como se constrói uma Democracia Liberal também é um desafio, principalmente para a formação de professores. Acho que hoje os decisores, pelo menos na Região, estão a tentar avançar para um paradigma educacional intercultural ou mais inclusivo. No entanto, os programas não funcionam assim tão bem. Por isso, acho que ainda temos muitas coisas para fazer.

L.G.: Obrigado. Muito obrigado pela oportunidade de discutir essas questões hoje. Acho que temos feito uma coisa muito importante. É juntar todas as nossas ideias, ou as nossas dificuldades, ou as nossas dúvidas sobre o papel que temos como investigadores da infância e, sobretudo, como investigadores de crianças e adolescentes migrantes, de forma a contribuir para o conhecimento dos desafios e riscos que enfrentam, e avançar para melhores respostas às suas necessidades. Foi um privilégio para mim ouvir-vos. Eu aprendi muito hoje. Espero que os seguidores de *Sociedad e Infancias* também apreciem e estou muito grata pela vossa colaboração.